

EDITAL n.º 959/2024

Seleção pública de acadêmicos de **GRADUAÇÃO EM DIREITO** de instituições de ensino devidamente conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela [Lei Federal nº 11.788/2008](#), pela [Resolução CNMP nº 42/2009](#) e pela [Resolução PGJ nº 48/2021](#), torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de graduação em Direito e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O processo seletivo realizar-se-á para a seleção de estudantes de graduação em Direito.
2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:
 - a) ser estudante do curso de Direito e estar regularmente matriculado e frequente a partir do 5º período em instituições de ensino devidamente conveniadas;
 - b) ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período da tarde;
 - c) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
 - d) não ter exercido, anteriormente, o total de 2 (dois) anos de atividade de estágio de graduação em Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
 - e) Estar apto a cumprir pelo menos 6 (seis) meses de atividades de estágio, levando-se em consideração o disposto no artigo 11 e no §1º do artigo 59 da Resolução PGJ nº 48/2021.
 - f) Não possuir nenhum registro que o desabone junto a qualquer órgão policial ou judiciário.**
3. Questões ligadas à segurança institucional podem ensejar a realização de diligências voltadas para levantamento da vida pregressa e conduta social do(a) candidato(a).

4. As informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, pelo endereço eletrônico: mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/controle-de-convocacoes.shtml.

II - DA OFERTA DE VAGAS

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de uma vaga na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponte Nova e à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no capítulo VI deste Edital.
2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência que, no momento da inscrição, declararem tal condição, desde que as atribuições sejam compatíveis com as necessidades específicas do candidato com deficiência.

2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e à provável causa da deficiência, e do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º, e incisos, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

2.2. Poderá ser exigida a comprovação da condição de deficiência por meio de perícia realizada por junta médica oficial.

2.3. O candidato com deficiência poderá requerer, fundamentadamente, no ato da inscrição, juntando laudo médico expedido no prazo máximo de 3 (três) meses antes do término das inscrições, majoração do tempo ou outra condição necessária para a sua realização da prova.

2.4. A solicitação de majoração do tempo ou de outra condição necessária para a realização da prova será avaliada pelo Departamento de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (DPMSO), levando-se em conta o grau de dificuldade alegado em razão da deficiência.

2.5. Ressalvada a hipótese do item 2.4., o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros e se enquadrarem nos parâmetros das regras de preenchimento de vagas reservadas a candidatos negros, observando-se, precipuamente, o objetivo da política de ação afirmativa de inclusão social.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros submeter-se-á a uma comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e ao fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada 10 (dez) candidatos, à seguinte ordem:

- a) o primeiro, o segundo, o quinto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência;
- b) o sexto candidato será admitido da lista de candidatos com deficiência;
- c) o terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de candidatos negros.

5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:

- a) os candidatos com deficiência ou negros, aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência, não serão computados para efeito de preenchimento das vagas reservadas;
- b) na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
- c) na hipótese de não haver número suficiente de candidatos com deficiência ou negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.

7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida aos demais candidatos, em todas as etapas.

III - DO ESTÁGIO

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

1.1. Será avaliada a possibilidade de realização das atividades de estágio de forma híbrida ou remota.

2. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:
a realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
o recebimento da bolsa-auxílio mensal, no valor de R\$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais);
a concessão de auxílio-transporte no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais) por dia estagiado presencialmente;
a concessão de seguro contra acidentes pessoais;
o recesso remunerado de 30 (trinta) dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

IV - DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer a [Resolução PGJ nº 48/2021](#) e este Edital.

2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/YdfYnmm6F4> , no período de 2 de dezembro a 12 de dezembro de 2024.

3.1. Além de preencher o formulário do item 3, o candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros deverá enviar, até o último dia do prazo da inscrição, a autodeclaração disponibilizada no Portal do MPMG [Autodeclaração Étnico-Racial | Portal \(mpmg.mp.br\)](#) , preenchida, assinada e no formato PDF para o e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br .

4. É de responsabilidade do candidato informar corretamente os dados pessoais e escolares.
5. Caso declare algum dado incorreto, o candidato poderá atualizar a informação, enviando um novo formulário de inscrição.
6. Caso o candidato encaminhe mais de um formulário de inscrição, será considerado o último envio dentro do período de inscrição determinado neste Edital.
7. Caso haja alteração de e-mail, telefone ou dados curriculares informados no ato de inscrição, é de responsabilidade do candidato mantê-los atualizados mediante o e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, para viabilizar os contatos necessários.
8. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.
9. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição implicará a eliminação do candidato, com o cancelamento da sua inscrição e a anulação dos atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

V - DO PROCESSO SELETIVO

1. O processo de seleção compreenderá uma prova escrita contendo questões objetivas e/ou discursivas, de caráter eliminatório e classificatório.
2. O conteúdo programático da prova está no Anexo I deste Edital.
3. A prova será realizada no dia 17 de dezembro de 2024, às 14 horas, com duração de 4 (quatro) horas, de forma virtual pela plataforma Microsoft TEAMS.
 - 3.1. O link para acesso ao ambiente virtual será disponibilizado aos candidatos por meio de convite, enviado pelo e-mail cadastrado no ato da inscrição.
4. Não será permitido consulta.
5. O candidato deve estar disponível no ambiente virtual com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta e folhas de papel brancas.
6. Antes da realização das provas, serão adotados os procedimentos de verificação da identificação civil dos candidatos, do local escolhido pelo candidato para realização da prova e do material.
7. Orientações para realização da prova virtual disponíveis no Anexo II.
8. A 2ª Promotoria de Justiça de Ponte Nova será a responsável pela elaboração e correção das provas, assim como pela análise de eventuais recursos.

VI - DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1. Será atribuída à prova a nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.
2. A escrita será avaliada de acordo com as regras da Língua Portuguesa.
3. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos.
4. A relação de classificação atenderá à ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, os quais serão nomeados em estrita observância a essa ordem.
5. Em caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato com maior idade, considerado o ano, o mês e o dia de nascimento.
6. O resultado do processo de seleção será divulgado no Portal e no Diário Oficial do MPMG.

VII - DOS RECURSOS

1. O recurso contra quaisquer atos ou resultados do processo seletivo deverá ser interposto, fundamentadamente, por meio do formulário disponível no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/pw4w1L3aKx>, no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação.
2. O recurso será encaminhado para apreciação do avaliador, com cópia para o *e-mail* do candidato.
3. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, sob pena de indeferimento sem análise do mérito.
4. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
5. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.

VIII - DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

1. O candidato classificado será convocado em observância da ordem de classificação, conforme disposto no capítulo VI deste Edital.
2. A convocação oficial será feita por *e-mail* pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos, mediante solicitação realizada pela unidade.
3. Após a convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:
 - a) aceitar a vaga ofertada;
 - b) solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
 - c) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

4. Será considerado desistente o candidato que não responder à convocação no prazo estipulado.
5. Caso o candidato seja convocado para vaga distinta da prevista no capítulo II, poderá rejeitar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação no cadastro reserva.
6. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.
7. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.
8. A relação de documentos necessários para nomeação, conforme Resolução PGJ nº 48/2021, bem como as diretrizes necessárias para o devido encaminhamento, serão informadas no momento da convocação.

IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Para a solução de qualquer problema na inscrição ou na convocação, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* estagio-inscricao@mpmg.mp.br ou pelo telefone (31) 3330-9996.
2. Para esclarecimento de dúvidas referentes à realização da prova, incluindo a correção e o resultado, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* jcarvalho@mpmg.mp.br ou pelo telefone 3138812998.
3. O prazo de validade desta seleção pública é de 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, contado da data da publicação do resultado final da seleção.
4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.
5. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG.
6. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora do Ceaf.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2024

Élida de Freitas Rezende
Procuradora de Justiça
Diretora do Ceaf

Bárbara Martins de Souza
Promotora de Justiça
Responsável pelo Exame de Seleção Pública

Anexo I

Conteúdo para a Prova Teórica

1-DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

1. Âmbito de validade temporal e espacial. 2. Conflito aparente de normas. 3. Contagem de prazo. 4. Evolução histórica da teoria do crime. 5. Conceitos de crime. O conceito analítico do crime: evolução e variações. 6. Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais e finalista; teoria social da ação; funcionalismo. 7. Ação e omissão. 8. Tipo penal: Tipicidade formal e Tipicidade material. 9. Tipicidade dolosa e Tipicidade culposa. 10. Exclusão da Tipicidade. 11. Relação de causalidade e aberratio causae. 12. Teoria da imputação objetiva. 13. Antijuridicidade e justificação. 14. Elementos subjetivos da justificação. 15. Culpabilidade e exculpação. 16. Consumação e tentativa. 17. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 18. Crime impossível. 19. Erro de tipo e erro de proibição. 20. Concurso de pessoas. 21. Direito penal e poder punitivo: conteúdo e função das sanções penais. 22. Medidas de segurança. 23. Aplicação da pena e regimes. 24. Limite das penas. 25. Concurso de crimes. 26. Livramento condicional. 27. Suspensão condicional da pena. 28. Efeitos da condenação. 29. Erro de execução (aberratio ictus) e resultado diverso do pretendido (aberratio delicti). 30. Ação penal. 31. Extinção da punibilidade. 32. Crimes contra a pessoa. 33. Crimes contra o patrimônio. 34. Crimes contra a dignidade sexual. 35. Crimes contra a incolumidade pública. 36. Crimes contra a paz pública. 37. Crimes contra a fé pública. 38. Crimes contra a administração pública. 39. Aspectos penais das seguintes leis: Dec.-Lei 2.848/1940 (CP); Dec.-Lei 3.689/1941 (CPP); Lei 7.960/1989 (prisão temporária); Lei 8.072/1990 (crimes hediondos e legislação posterior); Lei 9.296/1996 (interceptação telefônica); Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei 9.455/1997 (tortura); Lei 9.605/1998 (meio ambiente); Lei 9.613/1998 (lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores); Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Lei 10.826/2003 (armas de fogo e munição); Lei 11.340/2006 (violência contra mulher); Lei 11.343/2006 (Tóxicos);

2. DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Norma processual penal. 2. Fontes do direito processual penal. 3. Princípios constitucionais e infraconstitucionais. 4. Interpretação e integração. 5. A lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 6. Teoria geral do processo penal e sistemas processuais. 7. Processo Penal Constitucional. 8. Investigação criminal. 9. Ação Penal. 10. Ação civil ex delicto. 11. Sujeitos processuais. 12. Jurisdição e competência. 13. Questões e procedimentos incidentes. 14. Provas. 15. Atos processuais. 16. Aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. 17. Prisão e liberdade provisória. 18. Prazos processuais. 19. Sentença e provimentos judiciais. 20. Coisa julgada. 21. Processo e procedimentos em espécie. 22. Nulidades. 23. Recursos. 24. Ações autônomas de impugnação e Previsão criminal, habeas corpus e mandado de segurança criminal. 25. Execução penal. 26. Aspectos processuais penais dos seguintes textos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil e emendas Constitucionais posteriores à sua edição; Dec.-Lei 2.848/1940 (CP); Dec.-Lei 3.689/1941 (CPP); Lei 12.403/2011; Lei 7.960/1989 (prisão temporária); Lei 9.296/1996 (interceptação telefônica); Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei 9.455/1997 (tortura); Lei 9.605/1998 (meio ambiente); Lei 9.613/1998 (lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores); Lei 9.609/1998; Lei 9.807/1999 (proteção a vítimas e testemunhas); Lei 12.037/2009 (identificação criminal); Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Lei 10.826/2003 (armas de fogo e munição); Lei 11.340/2006 (violência contra mulher); Lei 11.343/2006 (Tóxicos).

3. EXECUÇÃO PENAL: Lei de Execução Penal nº 7210/84.

Anexo II

Orientações sobre realização de prova virtual

- O link para acesso ao ambiente virtual será disponibilizado aos candidatos por meio de convite, enviado pelo e-mail cadastrado no ato da inscrição.
- Durante todo o tempo da chamada, inclusive antes do início da prova, o candidato poderá se manifestar tão somente se autorizado pelo fiscal.
- O chat da reunião não deve ser utilizado para registro de mensagens pelos candidatos.
- É recomendável que o candidato utilize, se possível, dois dispositivos eletrônicos para realização da prova, sendo um exclusivamente para realização da chamada de vídeo e outro para fotografia e encaminhamento da prova.
- O uso dos dispositivos eletrônicos será autorizado exclusivamente para a chamada de vídeo e a fotografia da prova. Qualquer outro tipo de utilização não será autorizado.
- Não será permitido o uso de fones de ouvido.
- Para a realização das provas, o candidato deverá escolher ambiente silencioso e isolado. A câmera utilizada para realização da chamada de vídeo deve estar posicionada de modo a visualizar as folhas e materiais à disposição do candidato.
- O candidato deve estar disponível no ambiente virtual com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta e folhas de papel brancas.
- Antes da realização das provas, serão adotados os procedimentos de verificação da identificação civil dos candidatos, do local escolhido pelo candidato para realização da prova, das folhas brancas e materiais a serem utilizados.
- Os enunciados das questões estarão disponíveis na tela da chamada e no chat da reunião.
- Não é necessária a transcrição dos enunciados nas folhas de respostas, bastando a identificação pelo número da questão.
- O candidato que for flagrado em comunicação com qualquer pessoa não autorizada será desclassificado do certame.
- Após o encerramento da prova, o candidato deverá encaminhar cópia das respostas, antes do encerramento da chamada de vídeo, aos organizadores da seleção, pelo e-mail pjpontenova@mpmg.mp.br.

- Recomenda-se a utilização de aplicativos de scanner (ex.: CamScanner ou iScanner) para cópia das folhas de respostas e encaminhamento do arquivo em PDF.
- O candidato não deve se identificar na prova; as folhas de respostas serão encaminhadas ao corretor sem a identificação dos candidatos.
- É recomendável ao candidato que finalizar a prova antecipadamente o aguardo do encerramento das provas dos demais candidatos.
- Quaisquer considerações ou abertura de ocorrência por candidatos, relacionadas à aplicação da prova, devem ser feitas até o encerramento da chamada de vídeo.
- Será excluído do exame o candidato que:
 - * se negar ao cumprimento das verificações previstas no edital;
 - * se identificar na folha de respostas;
 - * se retirar do campo de visão gerado na chamada em vídeo;
 - * for colhido em flagrante comunicação com outra pessoa;
 - * utilizar qualquer meio de consulta;
 - * desativar áudio ou vídeo de sua respectiva chamada, sem autorização;
 - * desrespeitar os fiscais de prova ou quaisquer dos pleiteantes à vaga de estágio.
- Em caso de dúvidas ou de ocorrência de problemas técnicos, o candidato deve fazer contato imediato por telefone ou WhatsApp, pelo número 31 98421-3283, 31 3881-2998 ou 3817- 6681, com Jacqueline Carvalho.